



Extrema-direita, religião e gênero: Uma análise do atual panorama polonês

Thais Barbosa Cantadori

1. Considerações iniciais

A ascensão da extrema-direita é uma realidade cada vez mais preocupante no sistema político global atual. Formada por ideais radicais, ultranacionalistas, ultraconservadores e discriminatórios, o espectro extremista tende a se aproveitar de momentos de instabilidade econômica em cenários políticos regionais para se vender como solução e se consolidar. Na Europa, outro fator que também deixa a conjuntura muito mais propícia para tal fortalecimento é a crescente chegada de imigrantes ilegais, que é vista como ameaçadora por uma grande parcela da população. Um exemplo do impacto desses elementos e a consequente ascensão da extrema-direita no continente foram as eleições presidenciais de 2017 em países como Alemanha, França e Holanda, nas quais os resultados expuseram o crescimento da base eleitoral dos partidos ultraconservadores.

No caso polonês, a crise econômica e o aumento do desemprego contribuíram para o crescimento da xenofobia e do nacionalismo extremo no país, o que, por sua vez, fortaleceu os movimentos direitistas radicais e violentos (BISH, 2020) - em sua esmagadora maioria formados por homens (PANKOWSKI, 2020). A nação localizada na Europa oriental teve seu passado marcado pelas brutalidades da Segunda Guerra Mundial e do nazismo, mas isso não parece impedir os grupos ultranacionalistas de defenderem valores fascistas: o anticomunismo, a crença em uma raça branca e em uma pátria polaca superior às demais são algumas de suas características predominantes. Isso é refletido no cenário político do país, levando a Polônia a ser considerada como o país que mais se afastou da democracia em 2020 pelo relatório [Variações da Democracia \(V-Dem\) de 2021](#), recebendo o título de autocracia (V-Dem, 2021).

Ademais, a religião também possui grande influência no âmbito civil e governamental polaco. Após a queda do comunismo em 1989, a Igreja Católica foi uma grande apoiadora do movimento pró-democracia. Embora isso tenha suavizado o processo de transição, também deixou um fruto: a Igreja ficou profundamente enraizada na política, com grande influência também em questões sociais. (TAUB, 2020) A lei do aborto de 1993, por exemplo, é considerada “um contrato entre políticos e bispos” por Joanna Scheuring-Wielgus (2020), membro esquerdista do Parlamento conhecida por investigar casos de abuso sexual infantil dentro da Igreja. As reivindicações da Igreja de ser uma defensora da democracia polonesa

foram ainda mais deterioradas após sua adesão ao Partido Lei e Justiça (TAUB, 2020).

Atualmente a Igreja Católica ganha subsídios do governo, além de haver uma concordata que permite o ensino de educação religiosa nas escolas. A intensa presença católica interfere na cultura e nos hábitos polacos, promovendo seus valores conservadores e cristãos entre a população - que é majoritariamente pertencente à Igreja Católica romana: aproximadamente 87% dos 38 milhões de habitantes (EACEA National Policies Platform, 2021). Os sacerdotes possuem um papel fundamental nessa disseminação: o reverendo Tadeusz Rydzyk, chamado de “Pai Diretor”, possui uma emissora chamada “Radio Maryja” que chega a milhões de pessoas, e muitas vezes é a única fonte de informação para os eleitores das zonas rurais. Através dela, são contadas histórias de horror sobre um mundo sem fé, no qual a comunidade LGBTI+ controla a política, as universidades são corrompidas pelos “neo-marxistas”, e a Igreja Católica romana está sob ameaça. (SANTORA & BERENDT, 2019)

Nos últimos anos, outras temáticas mais contemporâneas também vêm sendo pautadas. Embora não tenha sido um país modelo em questões de igualdade de gênero e sexualidade desde a queda do comunismo e o aumento da influência católica, a Polônia vem ganhando cada vez mais destaque negativo quando se diz a respeito desses tópicos, de forma a caminhar em contramão à grande parte do mundo. Inseridas em linhas de pensamentos ultraconservadores altamente promovidos pela Igreja e pela extrema-direita no país, discussões acerca do aborto, da “ideologia de gênero”, da educação sexual e de relacionamentos que fogem da cisheteronormatividade tendem cada vez mais a serem finalizadas com a perda de direitos das minorias envolvidas.



Jornal “Gazeta Polska” distribui adesivos anti-LGBTs pela cidade de Varsóvia com a frase “Zona livre de LGBT”.

Foto: Lucy Ash/ BBC News

Fortalecido à frente de tal conjuntura, em 2015 é eleito um presidente que compactua com todas essas concepções reacionárias: Andrzej Duda, do Partido Lei e Justiça. O atual presidente, reeleito em 2020 com 51,21% dos votos (El País, 2020), é conhecido por seus ideais retrógrados e discriminatórios, principalmente em relação às minorias sociais - como exemplo, ele defende a ideia de que o [movimento LGBT é uma ideologia, e é “mais destrutiva \(ao país\) que o comunismo”, além de ser contra quaisquer discussões sobre sexualidade em escolas](#). O partido de Duda, conhecido como "PiS", é fortemente apoiado pelo supracitado padre Rydzyk (SANTORA & BERENDT, 2019), além de ser grande defensor do conceito da “família tradicional” e do nacionalismo. (SAHUQUILLO, 2018) O líder partidário, Jarosław Kaczyński, [já chegou a declarar que “a igreja é a pregadora e a dona do único sistema de valores plenamente conhecido da Polônia.”](#)

Assim, desde 2015 a nação do leste europeu implementou uma série de reformas que alteraram diretamente a estrutura das instituições estatais e ampliaram os mecanismos de atuação autoritária do presidente. Um exemplo de tal ampliação é a lei que pune juízes que se opõem a reformas no Judiciário, provendo ao governo um maior controle sob o judiciário. A lei foi aprovada em 2015 e teve texto preparado com urgência pelo PiS (FOLHA, 2019). Essa e outras medidas repercutiram fortemente na relação entre Polônia e a União Europeia, e levaram à críticas acerca de seu potencial corrosivo na democracia e no Estado de Direito.

Diante desse cenário, o presente texto tem o objetivo de analisar a atual conjuntura polonesa e suas problemáticas relacionadas à extrema-direita, religião e às questões de gênero que, embora tenham ganhado destaque no último ano, provieram de uma mentalidade lentamente construída e moldada por décadas de catolicismo e de regimes direitistas. Tendo isso em vista, serão abordadas ações governamentais relacionadas aos direitos das mulheres na Polônia vigente - com enfoque nos casos relacionados à Convenção de Istambul e à proibição quase total do aborto no território -, tal como os grupos civis de extrema-direita da região e o conseqüente aumento da luta feminista e progressista.

2. O papel do governo de extrema-direita de Andrzej Duda e da Igreja Católica como agentes regressores no âmbito da igualdade de gênero na Polônia atual

A desigualdade de gênero não é um problema recente na Polônia, tendo raízes na queda do comunismo e o conseqüente aumento da influência religiosa na região. Em um país com eleições democráticas, os governantes polacos refletem a maioria da população: cristã e defensora de valores morais conservadores. De 2005 a 2010, governou Lech Kaczyński,

também parte do partido ultraconservador PiS. De 2010 a 2015, três presidentes do partido “Plataforma Cívica” estiveram no poder. A Plataforma Cívica é o principal partido político democrata-cristão da nação, e se encontra no espectro político de centro-direita - ou seja, também não é caracterizado por ter princípios progressistas. Todavia, é notável a crescente piora nas medidas relacionadas a gênero nos últimos anos, com destaque para 2020, após a reeleição de Andrzej Duda em julho. As convicções retrogradadas do presidente, do partido ao qual pertence, e da Igreja Católica, são representadas em suas políticas públicas e decisões, de forma a afetar diretamente a parcela do povo polonês que não é composta por homens polacos, cis e heteros.

2.1. A conduta em relação à Convenção de Istambul

No último ano, dois grandes acontecimentos marcaram a história das mulheres polacas. O primeiro ocorreu em julho, quando o governo anunciou a intenção de sair da [Convenção de Istambul](#), também conhecida como Convenção do Conselho Europeu sobre a prevenção e a luta contra a violência contra as mulheres e a violência doméstica. Tal Convenção objetiva a prevenção da violência, proteção das vítimas e as devidas penalidades aos agressores, em uma tentativa de acabar com a impunidade, e é considerada como pioneira no âmbito dos tratados internacionais jurídicos relacionados à violência de gênero. Ademais, é o primeiro acordo que reconhece homens e mulheres não apenas como femininos ou masculinos biologicamente, entendendo a extensão da categoria de gênero socialmente construída (CIOBANU, 2021), o que é essencial quando se discute gênero e igualdade.

O anúncio da saída foi feito por Zbigniew Ziobro, ministro da Justiça do país, no dia 25 de julho de 2020. Segundo Ziobro, a Convenção possui “conceitos ideológicos” que não convergem com as convicções do atual governo, como o conceito de “sexo sociocultural” em “oposição ao sexo biológico”, e que continuar no pacto europeu seria “prejudicial”, por este exigir que escolas ensinem sobre gênero - o que supostamente viola os direitos dos pais sobre a educação dos filhos. Quando o acordo foi ratificado pela Polônia em 2015, o atual ministro declarou que a legislação internacional é “uma fantasia e uma invenção feminista que quer justificar a ideologia gay”. (DAILY SABAH, 2020)

O feito ocorreu em um momento delicado, e também em um dos quais as premissas da Convenção eram profundamente necessárias: durante a pandemia do coronavírus. Ziobro afirmou que a [legislação nacional](#) já é suficiente para garantir a segurança das mulheres polacas. Contudo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, as ligações de

disques-denúncia de violência doméstica da Europa aumentaram até três quintos durante a pandemia em 2020 (SHIELDS, 2020). [O diretor regional da OMS para a Europa, Hans Kluge, alegou que](#): "Embora os dados sejam escassos, Estados-membros estão relatando até 60% de aumento de chamadas de emergência feitas por mulheres sujeitadas por seus parceiros íntimos à violência em abril deste ano (2020) na comparação com o último (2019)".

Ainda, tal decisão afeta as relações internacionais do país, que já sofreu queixas à Comissão Europeia por conta dos fortes posicionamentos e atos LGBTfóbicos. [A União Europeia se pronunciou sobre o caso](#), lamentando a decisão da Polônia e reiterando que “a adesão da União Europeia à Convenção de Istambul permanece como uma das prioridades fundamentais para essa Comissão”. O bloco já havia prometido aumentar a pressão no governo polônes, já que este se mostra cada vez mais como uma grande ameaça aos direitos humanos - principalmente das minorias - e aos princípios democráticos. (HERVÁS, 2020) Em julho, o primeiro-ministro Mateusz Morawiecki pediu ao Tribunal Constitucional que avaliasse a legalidade da Convenção de Istambul. O Tribunal ainda não emitiu nenhuma decisão e o caso se estagnou. (CIOBANU, 2021)

Meses depois, em março e abril de 2021, novas páginas sobre essa história foram escritas. Em meados de março, o projeto de lei “[Sim à Família, Não ao Gênero](#)” foi submetido ao Parlamento polonês, que votou, em sua maioria, a favor do envio do PL para comissões parlamentares para exame (POLSAT NEWS, 2021). O projeto cívico foi elaborado pela organização jurídica independente Ordo Iuris em conjunto com o Congresso Social Cristão, e foi assinado por 150.000 cidadãos (ORDO IURIS, 2021). Segundo [o site da entidade jurídica](#), o projeto objetiva proteger os indivíduos da violência doméstica, denunciando a Convenção de Istambul e a substituindo por uma nova Convenção Internacional sobre os Direitos da Família.

De acordo com uma [investigação da Balkan Investigative Reporting Network](#) (BIRN), publicada no dia 15 de março de 2021, o governo pretende de fato aderir à uma alternativa ao tratado - que proibiria o aborto e o casamento gay (CIOBANU, 2021). O Estado polonês enviou uma carta a pelo menos quatro países da região (Croácia, República Tcheca, Eslováquia e Eslovênia) compartilhando ideias semelhantes ao projeto de lei supracitado; nela, é dito que “[...] tendo em conta as constantes ameaças à família, o Ministério da Justiça da República da Polónia propõe que seja elaborada em conjunto uma convenção a ser enviada ao grupo possivelmente vasto de destinatários no fórum internacional”; ainda, é afirmado que “uma das principais ameaças contemporâneas à família é a violência doméstica causada por

fatores patológicos, como álcool e drogas, dependência sexual ou onipresente vulgarização e sexualização da imagem da mulher na mídia de massa.” (CIOBANU, 2021)

Todavia, em nota ao BIRN (2021), Marcin Romanowski, subsecretário de Estado do Ministério da Justiça, negou que as propostas apresentadas no PL estejam vinculadas às atividades do ministério e declarou:

“No nosso tempo, a defesa da família exige, na minha opinião, não só regulamentações nacionais, mas também soluções internacionais desenvolvidas num grupo maior de países europeus. É por isso que convidamos os ministérios da justiça dos países da Europa Central e Oriental a participarem voluntariamente da criação de um tratado internacional sobre os direitos da família.” (ROMANOWSKI, 2021)

Segundo Marcelina Zawisza, parlamentar do partido de esquerda *Razem*, o papel do projeto de lei é “introduzir notícias falsas no espaço público, plantar as sementes da dúvida quanto à necessidade da Convenção de Istambul e promover uma atitude negativa em relação a ela”, o que permitirá que o Tribunal Constitucional a avalie como inconstitucional; “A mesma coisa que aconteceu com o aborto”, diz Zawisza (2021).

Ademais, cerca de uma semana depois da votação dos parlamentares, durante a conferência dedicada ao tratado organizada pela presidência portuguesa do Conselho da União Europeia (UE), a diretora para Igualdade de Tratamento no Ministério da Família e Políticas Sociais da Polônia, Alice Neffe, declarou que "o Governo não tem estado a desenvolver ações rumo à retirada da Convenção de Istambul" e “combater a violência contra as mulheres e meninas tem sido, e continuará a ser, uma prioridade do Governo polaco” (NOTÍCIAS AO MINUTO, 2021). Assim, embora nenhuma medida tenha sido efetivamente tomada e as notas oficiais do Estado polonês sejam, em parte, de cunho tranquilizador, elas parecem representar apenas a ponta de um *iceberg* - cujo resto do corpo está sendo escondido para evitar maiores movimentações civis. A situação vigente ainda é alarmante, incerta e levanta suspeitas: em uma nação que se mostra cada vez mais retrógrada, o que se pode esperar do futuro?

2.2. A proibição quase total do aborto

O outro caso que ganhou destaque nas mídias internacionais e que desencadeou uma série de protestos - inclusive dentro e em frente à igrejas - ocorreu no segundo semestre de 2020 e está relacionado aos direitos reprodutivos femininos. Em outubro do ano passado, o Tribunal Constitucional polonês - controlado pelo PiS desde a promulgação da lei que pune

juízes que se opõem à reformas no Judiciário - decidiu que a realização de abortos por anormalidade fetal viola a Constituição e, em janeiro de 2021, a decisão foi colocada em vigor, o que resulta na proibição quase total do aborto no território. O país já possuía algumas das leis abortivas mais severas do continente europeu: só eram permitidas interrupções de gravidez em casos de anomalias fetais, estupro, incesto e ameaça à saúde da mãe. (O GLOBO, 2021) Em 2016, Jarosław Kaczyński, líder do PiS, já havia declarado que eles fariam “o possível para que mesmo em gestações muito difíceis, quando é certo que vai morrer uma criança, fortemente deformada, a mulher acabe dando à luz para que a criança seja batizada, sepultada e tenha nome” (tradução da autora).

A nova proibição afeta drasticamente o número de casos de abortos legais feitos no país, [já que 1.074 dos 1.100 realizados em 2019 foram por conta de anormalidades fetais](#). Organizações não Governamentais prevêm que a nova decisão pode resultar em cerca de 200 mil abortos clandestinos por ano. Isso afeta drasticamente a questão da saúde pública das mulheres e homens trans polacos, já que, quando recorrendo a clínicas ilegais, ficam sujeitos à infecções e contaminações fatais. Além disso, ficam muito mais propensos a sofrerem traumas psicológicos e emocionais do que se houvesse uma assistência legal - que inclui também consultas com psicólogos. Segundo a OMS, 47 mil pessoas morrem por ano vítimas do aborto praticado de forma insegura - o que inclui também a automedicação, a introdução de objetos no canal vaginal e outros métodos perigosos utilizados para que a gravidez seja interrompida. (ONU NEWS, 2016)

O pedido pela mudança foi feito por 119 deputados conservadores, a maioria do Partido Lei e Justiça. [Durante a leitura da sentença](#), a presidenta da corte constitucional, Julia Przyłębska, disse que permitir abortos em casos de anormalidade fetal legalizou “práticas eugênicas” e que, como a Constituição polonesa garante direito à vida, interromper a gravidez por causa da condição do feto equivalia à “uma forma de discriminação”. De acordo com o Tribunal, o aborto só pode ser feito com uma justifica plausível em casos de “necessidade absoluta”, e artigos da Constituição foram citados em defesa aos fetos, como o Art. 30, de respeito e proteção da dignidade humana e o Art. 31, parágrafo 3, do princípio da proporcionalidade da [Constituição polonesa de 1997](#). (KRAJEWSKA, 2020)

No entanto, em nenhum momento os artigos constitucionais foram pautados em forma de defesa às mulheres, que deveriam gozar de seus direitos garantidos na legislação como cidadãs polonesas. Ao privá-las da liberdade de escolha referente aos seus próprios corpos, obrigá-las a parirem crianças com malformação e colocá-las em risco de traumas psicológicos

e físicos, a justiça entra em conflito com os Art. 31, parágrafo 1 - direito à liberdade; Art. 40 - proibição de tortura e tratamentos degradantes; Art 68 - Proteção da saúde e o supramencionado Art. 30 (KRAJEWSKA, 2020), deixando claro que sua preocupação nunca foi a Constituição e o direito à vida. Como colocado por Marta Kotwas (2020), pesquisadora de populismo de direita na Polônia na UCL's School of Slavonic and Eastern European Studies: “[...] a questão do aborto está sendo explorada como uma questão política e as mulheres estão sendo usadas como moeda de troca por atores políticos. [...] “Estamos vendo um alinhamento entre as autoridades políticas, a Igreja e grupos militantes de direita. É realmente assustador.” (tradução adaptada da autora)

Tal posicionamento também está diretamente ligado com os valores morais altamente promovidos pela Igreja Católica. Em nota, o presidente da Conferência Episcopal da Polônia (KEP), Dom Stanisław Gądecki, afirmou que “A posição da Igreja Católica sobre o direito à vida mantém-se inalterada e conhecida publicamente [...] a Igreja não pode deixar de defender a vida, nem pode renunciar a proclamar que cada ser humano deve ser protegido desde a concepção até a morte natural”. (VATICAN NEWS, 2020) Embora o arcebispo também tenha tentado esclarecer que a Igreja não possui vínculo com decisões estatais, após as manifestações civis frente à nova restrição, o líder do partido no poder, Jarosław Kaczyński, deu uma declaração que representa a falta de laicidade no Estado: "Nós devemos defender as igrejas polonesas, nós devemos defendê-las a todo custo” disse ele em vídeo postado no Facebook. (Euronews, 2020 - tradução da autora)

Gądecki também comentou sobre os protestos em igrejas que sucederam a decisão legislativa: “as violências, os escritos ofensivos e as ações para perturbar as celebrações [...] não são o modo adequado de agir em um estado democrático”, e adicionou que esses atos deixaram fiéis “violentamente privados do direito de processar a sua fé”. Por fim, pediu pelo “diálogo para proteger o direito à vida”. (VATICAN NEWS, 2020) De forma convergente com os juízes do Tribunal, o presidente da KEP - tal como a Igreja Católica de forma geral - falha em considerar os direitos à liberdade e à vida das mulheres polacas, além de seu bem-estar psicológico, priorizando os supostos direitos de seus fetos a partir de uma interpretação individual, volátil e sem consenso científico de quando a vida começa.

Novamente, o país recebeu críticas de figuras internacionais. A diretora regional da Europa do Centro de Direitos Reprodutivos, Leah Hector (2020), [deu uma declaração afirmando que](#) “a sentença viola as obrigações da Polônia segundo os tratados internacionais de direitos humanos de se abster de medidas que façam retroceder os direitos das mulheres na

atenção da saúde sexual e reprodutiva.”. Na página oficial do Parlamento Europeu, é possível encontrar [uma proposta de resolução sobre a proibição de facto do direito ao aborto na Polônia](#), que pede às instituições da União Europeia um maior apoio no setor dos direitos sexuais e reprodutivos em outros Estados-membros. Como resposta, a presidenta do Tribunal Constitucional polonês acusou os legisladores de interferência não democrática nas questões domésticas polonesas. (FOLHA, 2020)

3. Os grupos de oposição e os grupos de apoio frente às decisões reacionárias do governo

Desde o começo do primeiro mandato de Andrzej Duda, em 2015, o território polonês foi palco de inúmeros protestos civis a favor das minorias e dos direitos humanos. Após as sentenças antifeministas dadas pelo governo em 2020, isso não poderia ser diferente. Depois do anúncio da saída do país da Convenção de Istambul, as ruas de várias cidades foram tomadas por manifestantes que afirmaram, inclusive, que “o governo está tentando legalizar a violência doméstica” na região, usando como desculpa a “ideologia de gênero”. (BARTECZKO, 2020) Atualmente, é comum o uso da suposta existência de uma “ideologia de gênero” por políticos de extrema-direita. Eles se apoderam desse discurso como modo de se promover entre a população conservadora e de diminuir o alcance das minorias aos seus direitos, alegando que a “família tradicional” está sendo ameaçada. (CHADE e TREVISAN, 2021)

Em outubro, após a restrição das leis abortivas, os protestos foram ainda maiores, durando semanas. Munidas de tintas vermelhas, inúmeras polonesas foram às ruas em Varsóvia e lutaram pelos seus direitos em frente ao prédio do Tribunal Constitucional. Em [entrevista ao jornal The Guardian](#) (2020), a jovem Julita, que estava presente em protestos, disse: “Poloneses já perdoaram muitos escândalos desse governo, mas não vamos perdoar esse ataque à liberdade e dignidade das mulheres. Nos forçar a dar à luz a fetos doentes, causando sofrimento às crianças e às mães, é uma barbaridade que leva a Polônia de volta à Idade Média. Uma linha foi cruzada e não vamos parar.” (tradução da autora)



Manifestantes jogando tinta vermelha na Ponte Łazienkowski.
Foto: Grzegorz Banaszak/Zuma/Rex/Shutterstock

É importante ressaltar que a revolta não é apenas contra o governo, mas também contra a Igreja. (DAMASCENO, 2020) Pela primeira vez, ocorreu também um grande questionamento do papel da Igreja Católica na formação de uma Polônia cada vez mais tradicional e nacionalista, após, principalmente, [casos de pedofilia dentro da Igreja](#) virem à tona. Uma enquete realizada em 2019 pela pesquisa do Ibris revelou que menos de 40% dos poloneses confiam na igreja, contra 58% em 2016. (TAUB, 2020) Segundo a pesquisadora Marta Kotwas (2020), o povo polonês está “vendo um alinhamento entre as autoridades políticas, a Igreja e grupos militantes de direita”, o que é “realmente assustador.”



Manifestantes diante de igreja em Varsóvia, em um domingo de missa.
Foto: AFP or licensors

Houve um efeito dominó de desencadeamento de insatisfações com a situação da nação e com atitudes governamentais - como o afastamento da União Europeia - e as manifestações rapidamente começaram a abranger questões além do aborto. A diretora do *think tank* polonês Fundação Stefan Batory, Ewa Kulik-Bielinska, declarou que “[Não havíamos presenciado um movimento de jovens tão forte desde a queda do comunismo](#)”. Como resultado, o presidente da República apresentou um projeto de emenda à lei do aborto para voltar a legaliza-lo em casos de mal formação fetal, entretanto, apenas para casos nos quais a morte do feto é inevitável. (MORTENSEN & SMITH-SPARK, 2020)

Um dos grupos feministas poloneses mais conhecidos na atualidade e que marcou presença na onda de manifestações é o “[OSK - Ogólnopolski Strajk Kobiet](#)” - em português “Greve geral das mulheres”, também muito conhecido pelo nome em inglês, “Women’s Strike”. O movimento foi criado em 2016 - quando houve o início da movimentação política pela restrição ainda maior nos casos de abortos legais - e foi responsável pela marcante “Black Monday” (ou “Segunda-feira Preta” em português), na qual milhares de mulheres com vestimentas pretas e guarda-chuvas protestaram pelos seus direitos reprodutivos. Um fato contraditório é que, dentre as pessoas que se mostraram propensas a votar no PiS, 28% também declaram apoio ao OSK. (KARWOWSKA, 2021) Marta Lempard, líder da entidade, acredita que isso é um sinal ao partido que até seus eleitores não aceitam a decisão (de restringir ainda mais o aborto legal): “Ao invés de resolverem problemas reais, o PiS está atacando mulheres”. (International Campaign for Women's Right to Safe Abortion, 2021 - tradução da autora)

Quando a questão das leis abortivas vieram à tona novamente em 2020, juntamente com o anúncio da pretensão da saída da Convenção de Istambul, a presença das participantes do grupo foi tão forte que os protestos ficaram conhecidos como “[The 2020–2021 Women Strike protests in Poland](#)”. As reivindicações do OSK também incluem o fim da influência da Igreja Católica no Estado e a manutenção da democracia como regime político. Convergindo com as demandas do OSK, outras organizações se posicionam contra a situação pela qual o território do leste europeu está passando, como o KPH - [Kampania Przeciw Homofobii](#) ou, em português, Campanha contra a homofobia. O organismo, fundado em Varsóvia em 2011, objetiva promover igualdade legal e social para aqueles fora da heteronormatividade - luta extremamente necessária no país.



Manifestantes com bandeiras do OSK. O símbolo do grupo é um rosto feminino de perfil com um raio vermelho no meio.

Foto: Agencja Gazeta

Por outro lado, também há uma compactuação com as decisões reacionárias. De acordo com o [sociólogo e cientista político polonês Rafael Pankowski \(2020\)](#), a Polônia vive uma 'guerra fria' entre mulheres progressistas e homens de ultradireita e há “uma dimensão de gênero que não existia anos atrás”. Pankowski, que é presidente da associação antitracista e antinazista Nunca Mais, diz: “Os homens são mais de direita, ou até de extrema-direita, enquanto as mulheres jovens, como se vê pelos protestos, se não são de esquerda são muito progressistas” e adiciona que, em geral, foram os homens jovens que ajudaram o partido Confederação - considerado mais de direita do que o PiS - a chegar ao Parlamento. (SOUSA, 2020)

Tal qual os movimentos progressistas, os extremistas apresentam-se de maneira organizada e espontânea e, embora tenham marcado presença nos protestos discutidos acima como oposição às ativistas, possuem datas específicas nas quais se estruturam para se manifestarem. O Dia da Independência Nacional é uma dessas datas - talvez a mais importante. Todos os anos, milhares de polacos juntam-se na marcha nacionalista de Varsóvia. Alguns dos grupos civis de extrema-direita mais relevantes são: Juventude Polonesa (Młodzieży Czech Polska) - que já foi investigado por atividades neonazistas, Acampamento Nacional-Radical (Obóz Narodowo-Radykalny - ONR) - considerado por um Comitê da ONU como fascista, Associação da Marcha da Independência - cujo presidente é porta-voz dos protestos contra as marchas feministas - e os hooligans - torcida de futebol conhecida por seus atos violentos. (PINTO, 2020).

Em um relato audiovisual da situação polonesa, um [documentário produzido pela VICE UK](#) e apresentado pelo jornalista Joe Bish acompanhou as manifestações do Dia da Independência de 2016 e a preparação dos coletivos - com foco nos hooligans. Além de se armarem com gás lacrimogêneo e bombinhas, os homens se reúnem em igrejas para pedir apoio divino antes de irem às ruas. É ressaltado que, nos anos anteriores, era comum haver um confronto entre o Estado/polícia e os participantes, incluindo brigas físicas e centenas de prisões, mas aquele ano foi diferente. O motivo disso é consenso entre os entrevistados: a recente posse de poder do Partido Lei e Justiça. Nas palavras de Bish (2016): “O que a princípio era um protesto, esse ano pareceu mais o desfile da vitória do nacionalismo polaco” (tradução da autora). Desde então, o presidente Andrzej Duda e o primeiro-ministro Mateusz Morawiecki chegaram a encabeçar as marchas anuais. (DW, 2018)

Mas afinal, por que os grupos de extrema-direita poloneses são majoritariamente compostos por homens cis? Na obra “Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito” (2013), os autores Raewyn Connell e James W. Messerschmidt abordam a questão da masculinidade como algo plural, que se estende para além da identidade pessoal, e definem a masculinidade hegemônica como “um padrão de práticas que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse”. Assim, a masculinidade estaria sujeita a mudanças históricas e seria dependente de relações sociais.

No caso dos homens polacos, o discurso dissipado e ensinado do que é “ser homem” e do “papel masculino” perante a sociedade também está atrelado à história do país. Com participação chave na Segunda Guerra Mundial, sendo palco de batalhas entre nazistas e soviéticos, depois se tornando uma república comunista e, por fim, se estabelecendo como um Estado democrático em 1989, a Polônia e seu corpo social foram mudando de acordo com cada momento - tal como seus conceitos de masculinidade. De armas e violência à mão-de-obra trabalhadora e provedor da família, a concepção do que representa o masculino se moldou e se adaptou - e se mantém em constante movimento até os dias de hoje.

Em seu célebre livro *Bananas, Beaches and bases*, Cynthia Enloe (1990, p.45) alega que as mulheres ocupam papéis mínimos em movimentos nacionalistas, e que os homens são os reais atores, defendendo sua liberdade, sua honra, sua terra natal e suas mulheres: “o nacionalismo normalmente brota da memória masculinizada, da humilhação masculinizada e da esperança masculinizada”. A composição quase 100% masculina das organizações extremistas polonesas é uma representação disso e um produto das divisões de gênero no que tange ao nacionalismo no geral: ao contrário dos homens, não é esperado que as mulheres representem um país, governem um país, ou defendam um país. (NAGEL, 1998)

Na Polônia contemporânea, por conta da junção da influência da Igreja na construção da caracterização do homem como o “protetor” e “superior” com o discurso de ultradireita que legitima o patriotismo, é construída nos homens a mentalidade de haver necessidade de proteger a terra natal - não só de pessoas (no caso, imigrantes), como também de “ideologias” (como a “ideologia LGBTQ” e a “ideologia comunista”) e de todo o resto que fuja dos valores tradicionais. Essa noção ufanista e socialmente disseminada pode ser vista na prática nas ações governamentais antifeministas e LGBTQfóbicas, nas falas xenófobas presentes em protestos e na naturalização do uso da violência em marchas relacionadas ao orgulho polonês. Em [entrevista a Joe Bish](#) (2020), um dos ultranacionalistas afirma: “Esses são nossos valores. É assim que fomos criados. Nós sempre cuidaremos da Polônia e lutaremos por ela.” (tradução da autora)



Simpatizantes da extrema-direita na marcha no Dia da Independência da Polônia de 2020.

(Foto: Wojtek Radwanski/AFP)

Além dos grupos mencionados acima, a organização jurídica *Ordo Iuris* também possui um papel relevante no que tange ao apoio às medidas governamentais do PiS. Conhecida por defender conceitos tradicionais e ultraconservadores, a instituição independente é composta por acadêmicos e profissionais do direito e alega em [seu site](#) que

possui “o objetivo de promover uma cultura jurídica baseada no respeito à dignidade e aos direitos humanos” (ORDO IURIS, 2016). As notícias e análises postadas na página são divididas em tópicos como “Família e casamento”, “Proteção à vida” e “Liberdade de consciência” e abordam pontos como “[o reforço do ‘pensamento feminista e a promoção ideologia de gênero’](#)”, “[a doutrinação nos currículos escolares](#)”, “[as zonas livres de LGBTs](#)”, [entre outros](#).

A Ordo Iuris também possui ligação com outros países, incluindo o Brasil. No último ano (2020), Angela Gandra, secretária de Damares Alves - ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - foi à Varsóvia pessoalmente para demonstrar seu apoio às novas mudanças legislativas em relação ao aborto. As despesas de sua viagem foram pagas pelo Instituto Ordo Iuris, que também a convidou para palestrar na “[Konferencja W obronie praw kobiet](#)” - em português “Conferência em defesa dos direitos das mulheres”. Angela debateu, junto a um painel de mulheres de diferentes países, sobre direitos femininos como um conceito que precisa se livrar do “viés da ideologia”. A aproximação brasileira a países conservadores de direita é característica da [política externa do governo Bolsonaro](#).

4. Considerações finais

Diante de tal contexto, o Estado polonês coloca em evidência sua irresponsabilidade quanto à vida e saúde de seus habitantes. Trabalhando junto com a Igreja Católica, nota-se nele - e também na parte masculina de sua sociedade civil - cada vez mais a postura reacionária e intolerante, que prioriza a manutenção de valores cristãos e “tradicionais” - muitas vezes indo contra a [Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948](#) - sobre o bem-estar de sua população e a conservação de uma boa relação diplomática com os países vizinhos. Com as decisões tomadas no último ano em relação ao aborto e à Convenção de Istambul, a nação do leste europeu expôs mais de uma vez o plano antiprogressista que a tomou nos últimos anos.

Como colocado por Irene Donadio (2020), porta-voz da Federação Internacional de Planejamento Familiar na Europa (IPPF), “Não se trata somente de direitos; com essa decisão, estamos colocando em perigo a saúde e a vida das mulheres.” Os direitos reprodutivos e o combate à violência de gênero estão diretamente ligados com o âmbito da saúde pública feminina, de forma que estes dão à mulher o controle de determinar seu futuro reprodutivo sem correr risco de vida e a tentativa de prevenção de que sejam vítimas dentro de seus próprios lares. O governo de Andrzej Duda, tal como a imposição dos princípios

católicos, não são apenas fatores antagônicos ao avanço da luta feminista das mulheres polacas, mas também ameaçadores às suas vidas.

Em uma bem-vinda contrapartida, a juventude - em sua maioria jovens mulheres - vem demonstrando cada vez mais seu descontentamento com a situação vigente do país, o que mostra que o PiS poderá enfrentar grandes obstáculos nas próximas eleições. No entanto, grupos civis de ultradireita também são uma realidade preocupante no que diz respeito ao futuro do país. Segundo Rafael Pankowski (2020), é de se esperar que os conflitos entre a extrema-direita e os revolucionários - que já estão presentes em palavras e atitudes - aumentem ainda mais, já que “não há espaço nem apetite para diálogo”. O sociólogo ainda acrescenta: “No futuro próximo, não devemos ver grandes mudanças. Pode ter um impacto significativo no longo prazo, porque esta é a socialização política dos mais jovens [...] que pode contribuir para mudanças sociais e culturais.”

Dessa forma, é de demasiada importância que haja um fortalecimento e uma organização dos movimentos em prol das minorias sociais, além de posicionamentos cada vez mais duros de organismos internacionais como a União Europeia, a fim de que haja um rompimento gradual com as ideologias retrógradas e perigosas na conjuntura política-social polonesa. De forma a ilustrar tal importância, em entrevista ao *The New York Times*, a jovem estudante varsoviana Zoe Ślusarczyk comentou sobre o atual cenário e disse que teme quem acredita nessa visão extremista da Polônia: “Se eu saio de casa e vejo alguém vestindo uma camisa com uma bandeira polonesa ou um símbolo nacional ou um símbolo do dia da independência, fico com medo — disse ela — Pela forma como o país está dividido, somos sempre “nós” e “eles”. (TAUB, 2020)

Referências bibliográficas:

- HERVÁS, María. *Mulheres e jovens explodem contra a Polônia ultraconservadora*. **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-11-01/mulheres-e-jovens-explodem-contra-a-polonia-ultraconservadora.html>>. Acesso em: fev/2021.
- CHOUZA, Paula. *Polônia declara inconstitucional o aborto por malformação fetal*. **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-10-22/polonia-declara-inconstitucional-o-aborto-po-r-malformacao-fetal.html>>. Acesso em: fev/2021.
- PINTO, Ana Estela de Sousa. *Polônia vive 'guerra fria' entre mulheres progressistas e homens de extrema-direita, diz sociólogo*. **Folha de S. Paulo**, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/11/polonia-vive-guerra-fria-entre-mulheres-progressistas-e-homens-de-extrema-direita-diz-sociologo.shtml>>. Acesso em: fev/2021.
- SCISLOWSKA, Monika. *Poland's top court rules out abortions for birth defects*. **The Detroit News**, 2020. Disponível em: <<https://www.detroitnews.com/story/news/world/2020/10/22/polands-top-court-rules-out-abortions-birth-defects/3726851001/>>. Acesso em: fev/2021.
- ISTO É. *Polônia têm novo protesto após proibição do aborto com exceções*. 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/polonia-tem-novo-protesto-apos-proibicao-do-aborto-com-excecoes/>>. Acesso em: fev/2021.
- ISTO É. *Polônia vai deixar convenção sobre violência contra mulher*. 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/polonia-vai-deixar-convencao-sobre-violencia-contra-mulher/>>. Acesso em: fev/2021.
- DW. *Polônia praticamente bane o aborto*. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/pol%C3%B4nia-praticamente-bane-o-aborto/a-5536420>>. Acesso em: fev/2021.
- DW. *Polônia vai deixar tratado de combate à violência contra mulher*. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/pol%C3%B4nia-vai-deixar-tratado-de-combate-%C3%A0-viol%C3%Aancia-contra-mulher/a-54318436>>. Acesso em: fev/2021.
- NAGEL, Joane. *Masculinity and nationalism: gender and sexuality in the making of nations*. **Ethnic and Racial Studies Volume 21, Number 2**, 1998. Disponível em: <https://is.muni.cz/el/fss/podzim2005/SOC765/um/Masculinity_and_nationalism_Nagel.pdf>. Acesso em: abr/2021.
- PIVA, Juliana dal. *As relações da secretária de Damares com ultraconservadores na Polônia*. **Notícias Uol**, 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/juliana-dal-piva/2021/02/23/damares-angela-gandra-aborto-polonia.htm>>. Acesso em: abr/2021.

HERVÁS, María. *Polônia volta à mira da UE por autorizar “zonas livres de ideologia LGTBI”*. **El País**, 2020. Disponível em:

<<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-17/polonia-volta-a-mira-da-ue-por-autorizar-zonas-livres-de-ideologia-lgtbi.html?rel=listapoyo>>. Acesso em: abr/2021.

SANTORA, Marc e BERENDT, Joana. *Polícia e religião na Polônia confundem devoção com preconceito*. **Estadão**, 2019. Disponível em:

<<https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw.politica-polonia-preconceito-religiao,70003032719>>. Acesso em abr/2021.

CHOUZA, Paula. *Ultraconservador Andrzej Duda é reeleito presidente da Polônia*. **El País**, 2020. Disponível em:

<<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-13/ultraconservador-andrzej-duda-e-reeleito-presidente-da-polonia.html>>. Acesso em abr/2021.

POLSAT NEWS, *“Tak dla rodziny, nie dla gender”*. *Obywatelski projekt trafi do pracy w komisjach*. 2021. Disponível em:

<<https://www.polsatnews.pl/wiadomosc/2021-03-30/tak-dla-rodziny-nie-dla-gender-projekt-w-s-wypowiedzenia-konwencji-stambulskiej-trafi-do-komisji/>>. Acesso em abr/2021.

MUNDO AO MINUTO. *Polônia nega “ações” para se retirar da Convenção de Istambul*. 2021. Disponível em:

<<https://www.noticiasao minuto.com/mundo/1725734/polonia-nega-aco-es-para-se-retirar-da-convencao-de-istambul>>. Acesso em abr/2021.

CIOBANU, Claudia. *Poland’s replacement for Istanbul Convention would ban abortion and gay marriage*. **BalkanInsight**, 2021. Disponível em:

<<https://balkaninsight.com/2021/03/15/polands-replacement-for-istanbul-convention-would-ban-abortion-and-gay-marriage/>>. Acesso em abr/2021.

DAILY SABAH. *Poland’s plan to quit Istanbul Convention will be ‘major step backwards’, Council of Europe says*. 2020. Disponível em:

<<https://www.dailysabah.com/world/europe/polands-plan-to-quit-istanbul-convention-will-be-major-step-backwards-council-of-europe-says>>. Acesso em abr/2021.

ENLOE, CYNTHIA. *Bananas, Beaches, and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. **University of California Press**, 1990.

SAFE ABORTION WOMEN’S RIGHT. *POLAND – Women’s Strike is backed by 69% of Polish people, survey shows*. 2021. Disponível em:

<<https://www.safeabortionwomensright.org/news/poland-womens-strike-is-backed-by-69-of-polish-people-survey-shows/>>. Acesso em abr/2021.

KARWOWSK, Anita. *Ochronić prawa kobiet, zakończyć rządy PiS - po to Polacy popierają Strajk Kobiet*. **Wyborcza.pl**. 2021. Disponível em:

<<https://wyborcza.pl/7,162657,26718112,ochronic-prawa-kobiet-zakonczy-c-rzady-pis-po-to-polacy.html>>. Acesso em abr/2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Polônia aprova lei que pune juízes que se opõem a reformas no judiciário*. 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/polonia-aprova-lei-que-pune-juizes-que-se-opoem-a-reformas-no-judiciario.shtml>>. Acesso em abr/2021.

EURO NEWS e ASSOCIATED NEWS. *Poland pro-abortion protests: Kaczynski call to 'defend churches' sparks opposition fury*. 2020. Disponível em:

<<https://www.euronews.com/2020/10/28/poland-pro-abortion-protests-kaczynski-call-to-defend-churches-sparks-opposition-fury>>. Acesso em abr/2021.

DW. *Marcha pela independência une governo e extrema direita na Polônia*. 2018. Disponível em:

<<https://www.dw.com/pt-br/marcha-pela-independ%C3%Aancia-une-governo-e-extrema-direita-na-pol%C3%B4nia/a-46252473>>. Acesso em abr/2021.

BISH, Joe. A ascensão da extrema-direita. **VICE**. 2016. Disponível em:

<<https://www.vice.com/pt/article/53p3kk/a-ascensao-da-extrema-direita-na-polonia>>. Acesso em abr/2021.

MORTENSEN, Antonia e SMITH-SPARK, Laura. *Polônia têm maiores protestos em décadas contra proibição do aborto*. **CNN**. 2020. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/10/31/polonia-tem-maiores-protestos-em-decadas-contraproibicao-do-aborto>>. Acesso em abr/2021.

O GLOBO. *Proibição quase total do aborto entra em vigor e provoca novos protestos na Polônia*. 2021. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/mundo/proibicao-quase-total-do-aborto-entra-em-vigor-provoca-novos-protestos-na-polonia-24857669>>. Acesso em abr/2021.

CHADE, Jamil e TREVISAN, Maria Carolina. *Governo usa "família" para combater o que chama de "ideologia de gênero"*. **UOL**. 2021. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/04/17/governo-usa-familia-para-impor-politicas-contrai-ideologia-de-genero.htm>>. Acesso em abr/2021.

TAUB, Amanda. *In Poland, protests over abortion ban could revolutionize politics*. **The New York Times**. 2021. Disponível em:

<<https://www.nytimes.com/2020/12/07/world/europe/poland-abortion-protests.html>>. Acesso em abr/2021.